



# Biograph



---

## CONDIÇÃO FEMININA E EDUCAÇÃO NAS MEMÓRIAS DE MARIA PAES DE BARROS

Eveline Viterbo Gomes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Email: [evelinevg@yahoo.com.br](mailto:evelinevg@yahoo.com.br)

### 1- Introdução

Na busca por fontes que tratassem do modelo educacional alemão nos Oitocentos, tivemos em nossas mãos “No tempo de dantes”, as memórias de Maria Paes de Barros por ela mesma escritas, onde resgata elementos importantes de sua vida em tradicional família paulista na segunda metade do século XIX.

“No tempo de dantes” que tomamos por fonte de nosso estudo acerca da condição feminina e a educação nos Oitocentos foi publicado no ano de 1998 pela Editora Paz e Terra, sob patrocínio da Fundação Nestlé de Cultura, amparada pela Lei Rouanet. Com 140 páginas e 61 ilustrações (fotos, desenhos e pinturas de família, de utensílios e mobiliário de época, da cidade de São Paulo, dos caminhos e fazendas que possuíam), esta foi a segunda edição da obra publicada originalmente em 1946, pela Editora Brasiliense, que, segundo a antropóloga Miriam Lifchitz Moreira Leite, encontrava-se esgotada, restando alguns

exemplares em bibliotecas particulares e um, apenas, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo (MOREIRA LEITE, 1998).

Convém destacar que em meados dos anos 1990, o resgate da autobiografia de Maria Paes de Barros já fazia parte dos projetos de Moreira Leite, que via nos escritos da memorialista importante fonte de estudo sobre a condição feminina nos Oitocentos e nas entrevistas dadas pela mesma por ocasião de seu centenário, fonte para análise das mudanças e permanências na condição feminina em meados do século XX. Foi então que publicou breve análise sobre a memorialista e sua produção intelectual, desenvolvida num momento em que os modelos e discursos acerca da mulher passavam por grandes transformações. Seu projeto, contudo, só se concretizou no ano de 1998, quando da publicação de *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*, organizado por Carlos Eugênio Marcondes Moura.

A edição que usamos como fonte, no entanto, destaca em sua sinopse os valores histórico e sociológico da obra e classifica-a como “documento fundamental para quem deseja acompanhar melhor o processo de formação e dissolução de São Paulo” (sinopse na orelha da capa), pois é um vestígio da história que se foi no processo de urbanização da cidade e também por mostrar as “ambiguidades da elite liberal brasileira”. Procuraremos, aqui, explorar a autobiografia de Maria Paes de Barros no sentido de compreender a lógica e a elaboração do papel da mulher e da educação em suas memórias.

Baseando-se na noção de regimes de historicidade de François Hartog e nas análises sobre autobiografia de Phillipe Lejeune, Schmidt (2003) situa-nos quanto aos usos da autobiografia pela historiografia. Esta modalidade de narrativa de si surgiu em fins da Idade Média com inspiração religiosa, mas foi a partir do Iluminismo e a defesa da igualdade entre os homens e das liberdades individuais que histórias de vidas menos exemplares começaram a ser escritas. O volume de biografias produzidas a partir de então não significou sua imediata apropriação por parte dos historiadores. Na verdade, as autobiografias ficaram fora do espectro da historiografia do século XIX, porque, ainda de acordo com Schmidt, seus regimes de historicidade eram incompatíveis. A proposta das biografias de então era oferecer exemplos para o presente, enquanto a da História era

projetar o futuro e perceber como ele esclareceria o passado, onde o indivíduo perdia importância e ganhava espaço a coletividade, a noção de povo e de nação.

No século XX, as discussões desenvolvidas pela Escola dos Annales sobre o que é História, o que é ser historiador, suas fontes e metodologia, alterou o regime de historicidade da historiografia, trazendo o ‘presentismo’ como o único tempo possível, “contra a celebração do passado e a ideia de progresso” (SCHMIDT, 2003, p.61). Tal percepção foi expressa na ideia de ‘longa duração’, mas a biografia como fonte e/ou objeto continuou fora da área de interesse desse grupo de historiadores. A questão era que ela se enquadrava no espaço do *evenementielle*, fora do estrutural e do coletivo que ainda dominava no discurso da História.

Foi somente a partir dos anos de 1980, que o ‘presentismo’ passou a buscar uma identidade através da preservação do passado, não intacto, mas ressignificado.

“Talvez seja possível pensar que o dito ‘retorno’ do biográfico também acompanha essa onda de interesse pela história-memória. Nesse sentido, os personagens do passado ‘ressuscitaram’ - ou, mais precisamente, seriam recriados - a fim de servirem como referências para o presente e como recordações de um passado idealizado; em todo caso, como constitutivos de uma suposta identidade de classe, de gênero, racial, geracional, regional, nacional, etc.” (SCHMIDT, 2003, p.62).

Identificamos os estudos biográficos pela historiografia como um sintoma da crise do estruturalismo, uma vez que ‘restaura’ o papel dos sujeitos individuais na elaboração dos laços sociais. Um exemplo simbólico desse processo é o livro “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg. Com ele, a biografia ganhou novo significado e teve seu teor histórico legitimado, passando a ser produzida ou analisada a partir de um viés mais atento a compreender através do indivíduo a circulação de ideias e a imbricação das teias política, social e econômica. Assim, coube a nós analisar “No tempo de dantes” dentro desses novos parâmetros, sabendo que Maria Paes de Barros, além de memorialista, historiadora aos moldes do século XIX, escreveu sua narrativa inserida no regime de historicidade das biografias de seu tempo, ou seja, oferecendo um exemplo para o presente.

## 2- O modelo feminino: permanências e mudanças

Apresentada por Monteiro Lobato e introduzida por Caio Prado Júnior, as memórias de Maria Paes de Barros foram contadas em quinze capítulos apenas numerados, não nomeados, a partir de seu nascimento, em 1851, com algumas referências ao tempo de seus avós, até a abolição da escravatura, com breve sinopse do tempo em que escrevia. Todo o livro é dedicado às memórias que tinha em casa de seus pais, deixando de lado referências a seu casamento e sua vida privada e pública – Maria Paes de Barros era membro ativo da Igreja Presbiteriana Independente, esteve envolvida na direção da Maternidade de São Paulo e incentivou a criação do Hospital Samaritano e do primeiro Tênis Clube de São Paulo e, após doença do marido, passou a administrar todos os seus bens.

Membro de tradicional família paulista composta por políticos e latifundiários ocupados com as lavouras de cana-de-açúcar e de café e com a política brasileira, propõe-se a nos mostrar através de seus olhos a pequena São Paulo do século XIX. Relatando o cotidiano da família e da administração de terras, escravos e colonos, identificamos na fala da memorialista a condição feminina e o papel da educação na construção da mulher no século XIX, enquanto filha, esposa, mãe e elemento que salvaguarda o funcionamento da casa no sentido mais amplo que poderia ter no período em questão.

Além de suas memórias, Maria Paes de Barros escreveu “História do Brasil”, publicado em 1932, contudo, apesar de ter recebido elogios de historiadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e de tornar-se membro honorário do mesmo instituto, seus livros chamavam mais atenção pelo fato de terem sido escritos por uma representante da aristocracia paulista que contava idade avançada – aos 83 anos lançou “História do Brasil” e aos 94, “No tempo de dantes” –, postura reforçada até mesmo por Monteiro Lobato e Caio Prado Júnior, que apresentaram a edição de 1946 de “No tempo de dantes”.

Ao completar 100 anos de idade, Maria Paes de Barros voltou à mídia em entrevistas e notas publicadas em jornais e no rádio e neste momento podemos perceber de forma mais clara as contradições que tinha em si da relação entre os padrões incorporados e as convicções adquiridas, reconhecendo a mudança no papel da mulher, mas valorizando a

educação autoritária que recebeu, calcada no modelo patriarcal. Sobre isso, transcreveu Moreira Leite a fala de Maria Paes de Barros em uma dessas entrevistas:

“Naturalmente a mulher tem que trabalhar premida pelas exigências da vida moderna de onde se conclui que o que está errado é o organismo social. Entretanto, acho que as mulheres deviam procurar um meio termo para que não se desmorassem tantos lares pela ausência constante da mulher, a sua falta de tempo para desempenhar as funções que sempre constituíram seus deveres primários.” (MOREIRA LEITE, 1995, p.93)

Ainda nessas entrevistas selecionadas por Moreira Leite, a memorialista declarou que a escrita de “História do Brasil” demorou anos porque era absorvida pelas atribuições do casamento, dos filhos, do lar e que tinha reservas em relação ao que seria publicado nas entrevistas porque

“ficar no galarim da fama era depreciativo para mulher de família. Esta deveria ser omissa e seu trabalho deveria permanecer invisível. As mulheres estudavam para o caso de precisar trabalhar o que era mal compreendido como um mau casamento ou desprestígio da família de origem”. (Trecho de entrevista de Maria Paes de Barros transcrito em MOREIRA, 1995, p.92)

Portanto, ainda que estivesse convencida de que mulheres deveriam cultivar o espírito, deveriam também sempre lhes ser ensinados os velhos misteres do lar para agradar os homens.

A vida familiar descrita pela autora girava em torno da autoridade paterna e, apesar de apresentar algumas objeções à forma como tratava a família em dadas situações ou mesmo no uso e trato dos escravos, sempre justificava as ações com a postura bondosa do pai e da mãe. Da bondade com os escravos, havia em contraste a descrição de locais de castigo, tortura, imposições de casamento e declarações veladas de consonância à eugenia que se traduziam no interior da casa pela seleção criteriosa de maridos para as filhas – que sobre isto escreveu:

“Mas o papai era escrupuloso: atendia a todas as recomendações, procurava obter informes. Com que cuidado intentava saber se na família

havia mescla de sangue de cor! O principal era que fosse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque, dizia ele, ‘impedir em certos casos um casamento é meu dever - obrigar, nunca’.” (BARROS, 1998, p.121),

e na supervalorização das características europeias dos colonos, da preceptora e também na irmã mais velha, a Dindinha:

“Boa e querida Dindinha! Ativa, correta e justiceira, jamais hesitava no cumprimento do que julgava seu dever. Admoestando, corrigindo com raciocínio claro e mão firme, indicava por todos os seus atos ser uma verdadeira descendente dos que ‘passaram muito além da Taprobana’.” (BARROS, 1998, p.11)

Nascida Maria de Souza Barros em 1851, casou-se, em 1868, com seu primo Antônio Paes de Barros – o que não era incomum na época e principalmente em sua família que tinha no patriarca um ferrenho defensor da manutenção da linhagem familiar. Em sua infância, foi submetida a um muito bem engendrado preparo para a vida em família, composto por um sistema doméstico de instrução e de educação que objetivava o padrão de mulher considerado o da “boa gestora da casa”, com bom nível cultural, capaz de criar seus filhos e também de educá-los, caso fosse necessário (VASCONCELOS, 2009).

Neste sistema, a menina era acompanhada de perto para que, por qualquer motivo, o projeto patriarcal não se perdesse. Em casa do Comendador Barros, pai da memorialista, Dindinha, a filha mais velha, era quem observava as irmãs e quando uma das mais novas passou a dedicar muito do seu tempo a escritos de amor, tornou-se motivo de preocupação para a família. “A Dindinha, muito séria, ouvia inquieta essas expansões. ‘Será possível’, dizia ela, ‘que esta menina se deleite tanto à leitura de poesias amorosas? Não está certo! Isto não pode continuar’.” (BARROS, 1998, p.123). E logo a irmã mais velha traz à menina a proposta de casar-se com um primo distante e, afim de convencê-la de sua sorte, em conversa, Dindinha diz que

“Achava que a irmã devia sentir-se feliz, pois tratava-se de excelente partido. O noivo era de boa família, parente longe, dotado de todas as

tranquilidades: instruído, bondoso, amável, bonito... Que mais poderia ela desejar? A pequena ouvia, interdita. ‘Então, que responderei a papai?’ - insistiu Dindinha. ‘Não recuse essa felicidade!’.’ (BARROS, 1998, p.123)

Irmão, preceptora, mãe, pai, todos estavam envolvidos nesse projeto do qual dependia a manutenção do status da família. Culta, recatada, do lar, estes eram os atributos cultivados na mulher educada e instruída em casa.

### 3- Educar e instruir em família, nas memórias de Maria Paes de Barros

Escrevendo na primeira metade do século XX, Maria Paes de Barros entende que “os tempos são outros”. A abolição da escravatura, o novo papel da mulher e o avanço na luta por direitos e mais espaço na sociedade e as mudanças na concepção de infância fazem com que a autora olhe para o passado de forma nostálgica. A memorialista olha com estranhamento a excessiva liberdade dada às crianças e moças, pois entende que ensinar a obedecer era indispensável ao menores, uma vez que poderiam se utilizar da experiência dos mais velhos. As crianças só tirariam bom proveito da obediência às mães e as moças, se também o fizesse, seriam mais respeitadas pelos rapazes (MOREIRA LEITE, 1995). Sua memória evoca tempos em que havia a “ausência de conflitos”, “reinava a mais completa e suave harmonia” e as “crianças não conheciam o verbo querer” (BARROS, 1998, p.17). Mas seu depoimento, no entanto, foi interpretado pelo editor de “No tempo de dantes”, Monteiro Lobato, como um documento fiel sobre tempos idos, do tipo que “abre a janela para o passado”, por ser chancelado pela idade e origem social da autora da depoente, sendo este o fio condutor dos comentários que tecia sobre a obra: “Tem este livro uma grande originalidade: foi escrito por uma alta dama paulista de noventa e quatro anos de idade” (BARROS, 1998, p.IX). Demonstrando uma concepção de memória e de História bastante diversa da que predomina hoje, onde nenhum documento, relato, historiador ou memorialista tem o poder de reconstruir o passado. Há somente versões. “E quem ler com atenção assombrar-se-á de que a memória humana possa manter-se por tanto tempo perfeita, sem uma jaça, sem o menor deslize” (BARROS, 1998, p.IX). E finaliza, “Dona

Maria Paes de Barros oferece à sociedade paulista de hoje o daguerreotipo do que essa sociedade foi, antes da invasão imigrantista que a descrystalizou e ainda a mantém na instabilidade atual” (BARROS, 1998, p.X).

Conscientes de que daguerreótipos também elegem um discurso, uma interpretação de um recorte de determinado tempo, espaço, atores, analisamos em “No tempo de dantes” a concepção de Maria Paes de Barros sobre as temáticas condição feminina e educação no século XIX. Ao longo de seus quinze capítulos, a importância e o modelo de educação vivenciados por si, suas irmãs e irmãos e a atuação das mulheres no processo educacional e na organização da casa são latentes.

Na medida em que Maria Paes de Barros detalha a rotina de estudos na casa e a escolha do colégio onde os meninos deveriam estudar, nos é possível depreender a distinção dos planos educacionais das crianças e como estavam atrelados aos papéis que homens e mulheres da alta sociedade paulista deveriam assumir, fazendo isto parte das preocupações do pai:

“Zeloso da educação e instrução dos filhos, o Comendador Barros procurava proporcionar-lhes os meios de obter cultura, coisa difícil então, pela carência de bons colégios. Era costume por essa época, as famílias abastadas mandarem estudar na Europa os seus filhos. Muitos escolhiam a França; ele, porém, preferiu levar os seus à Alemanha, visto ter relações comerciais com importante firma de Hamburgo. Para lá seguiram, pois, os três rapazes mais velhos, tendo sido internados em colégios, enquanto as meninas estudavam com a Mademoiselle”. (BARROS, 1998, p.12)

A influência da cultura alemã, aparentemente estimulada pela relação do Comendador com negociantes de Hamburgo, se fez sentir na escolha da preceptora das meninas, na escola frequentada pelos meninos, na seleção de colonos imigrantes para o trabalho com a lavoura de café e, possivelmente, na religião adotada pela memorialista, que se converteu ao protestantismo.

A educação doméstica reservada às meninas, da qual participavam de algumas lições os meninos somente até irem ao colégio, ficava sob o controle da irmã mais velha, Dindinha, e a preceptora alemã Mademoiselle. Todos na casa falavam francês. “Também



eram nessa língua os livros didáticos, bem como os volumes das duas estantes que se viam na espaçosa sala de estudos. Tinha esta, no centro, uma grande carteira com seis compartimentos, e nas paredes viam-se dois mapas geográficos” (BARROS, 1998, p.14). As lições eram aplicadas em francês e alemão, da gramática portuguesa aprendiam apenas o fundamental, tinham aulas também de piano e de prendas domésticas e, temporariamente, de dança, por duas professoras italianas, pois compreendida como requisito da boa educação, para a boa postura e bonitas maneiras.

A rotina de estudos era rígida, pois diariamente “as aulas começavam cedo e cessavam às duas horas para o jantar, com pequeno intervalo ao meio-dia. Depois dessa refeição, sentavam-se as meninas, dando-se aos trabalhos de agulha. Em voz alta, Dindinha fazia então a leitura de algum livro instrutivo” (BARROS, 1998, p.14), horário e local de estudos e recreação eram rigidamente estipulados e eram mantidos mesmo durante viagens e nas temporadas em que passavam nas fazendas da família. A rotina era acordar cedo para fazer o passeio matinal, almoçar às nove horas para logo dar início aos trabalhos e estudos. Havia um recreio ao meio-dia e os estudos eram retomados até às quatorze horas, quando era servido farto e variado jantar. Após isto, iniciavam-se os trabalhos de agulhas até às dezessete horas, quando as crianças tinham momentos de lazer aos arredores da casa. Às vinte horas, todos se reuniam junto ao pai que narrava os acontecimentos da política e notícias publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, descrito por Maria Paes de Barros como fonte segura de informações sobre o que acontecia no Brasil e no mundo – a mulher raramente lia jornais.

Desde muito cedo às meninas eram introduzidos os ensinamentos das “prende domésticas”, tidas como conhecimento indispensável a elas. Mas as habilidades necessárias ao governo da casa eram desenvolvidas principalmente no convívio da casa, observando a mãe no trato com o marido, os filhos, os empregados, os escravos. Escreveu a memorialista sobre as funções da mãe:

“Governar tamanha casa, com seu numeroso pessoal, era trabalho que enchia os dias da dedicada mamãe – dias estes tornados mais longos pelo bom costume de se levantar muito cedo. [...] Não só na sua casa, como na administração, exercia ela as suas atividades. Todos os dias vinha a preta

enfermeira trazer notícias e pedir conselhos sobre os doentes. A senhora não somente ouvia e aconselhava, mas dirigia-se pessoalmente para a casa da administração, visitando a enfermaria das pretas e dos pretos. Dotada de singular tino médico, ia aplicando cautelosamente os medicamentos [...]”. (BARROS, 1998, p.93)

A mãe, enquanto esposa de um dos homens mais ricos e influentes da cidade, assumia o governo da casa habilmente, assumindo com autonomia as decisões sobre os cuidados e preservação dos bens da família. Mas do governo da casa também participavam Mademoiselle, que cuidava das meninas menores, na sala de estudos, dos dormitórios e de todas as áreas usadas pelas meninas, com quem estudavam francês e alemão – Mademoiselle tornou-se muito amiga das filhas mais velhas do Comendador, dormindo inclusive no mesmo quarto que elas – e Dindinha, filha mais velha do primeiro casamento do Comendador Barros que ensinava piano e português, cuidando dos estudos das crianças.

Assim, a mãe, Dona Felicíssima, a irmã, Dindinha, e a preceptora alemã, Mademoiselle formavam a tríade feminina que orientava e inspirava Maria e suas irmãs. A mãe, pela habilidade no comando da casa e pela bondade para com os filhos, marido e criados; Dindinha, pela firmeza e espírito de justiça na condução da educação dos irmãos; e Mademoiselle, por sua cultura e presteza às necessidades da família.

#### 4- Considerações finais

Sendo dos mais completos escritos memorialísticos sobre personagens femininas do século XIX, “No tempo de dantes” abre a possibilidade de estudo de diversos enfoques sob o olhar feminino. Além da questão educacional, Maria Paes de Barros abordou as relações senhor e escravo na cidade e no campo, as festas populares, a saúde, o trabalho imigrante nas lavouras paulistas.

Rico em informações, o livro está aberto especialmente à análise da constituição da memória e sua interface com o indivíduo idoso. Nas memórias de Maria Paes de Barros quase tudo é harmonia, é paz. Simplesmente, eram “bons tempos”: os pais escravocratas

tratavam os escravos sem autoritarismo, a relação dos pais e deles com os filhos era regida pela sabedoria e boa vontade, as crianças a todos obedeciam.

Para além dessas questões, Maria Paes de Barros experienciava, na primeira metade do século XX, mudanças consideráveis dos modelos culturais e discursos referentes às mulheres no Pós-Guerra (VASCONCELOS, 2009). Empobrecida, sentindo os reveses da economia industrial instalada em São Paulo e da política varguista para o estado, após a publicação de suas memórias, a autora lançou um novo olhar sobre a educação feminina, ajustado às necessidades do século XX, mas sem abandonar completamente os valores do século anterior.

Conforme escreveu Caio Prado Júnior, na introdução de “No tempo de dantes”, “Espírito liberto, prezando mais a educação inteligente do que a coação de preconceitos desarrazoados, ministrou às suas filhas estímulos de verdadeiro desassombro em tempos tão conservadores, para assumirem atitudes de independência quando necessárias” (BARROS, 1998, p.XV).

Os valores que expressou em suas memórias sobre a educação feminina nos Oitocentos atravessou, então o século XX. Se por um lado houve avanços nos direitos e na forma como o estudo e o trabalho era visto, a mulher continuou atrelada ao papel de agradar o homem.

## **FONTE**

BARROS, Maria Paes de. “No tempo de dantes”. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *História da Educação*, Pelotas, n.14, p. 79-95, set./2003,

AURELL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. Trad. Wilton C. L. Silva. *História*, São Paulo, v.33, n.1, p. 340-364, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/16.pdf>>. Acesso em: 04 Abr. 2016.

BURKE, Peter (org.). “A escrita da História”: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOS, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). “Domínios da História”: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-59.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOS, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). “Domínios da História”: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 259-274.

MOREIRA LEITE, Miriam L. A longa espera. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.3, n.1, p. 90-95, jan./jun. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16919/15478>>. Acesso em: 02 Abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. “Vida cotidiana em São Paulo no século XIX”: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Unesp, 1998. p.81-86.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.3, p.57-72, jan./jun.2003. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041/707>>. Acesso em: 02 Abr. 2016.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOS, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). “Domínios da História”: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.

VASCONCELOS, Maria Celi C. Gênero, educação e cotidiano feminino na sociedade brasileira oitocentista. *Dimensões*: revista de História da Ufes, Vitória, n.23, p.172-190, jul/dez. 2009. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2516/2012>>. Acesso em: 03 Abr. 2016.